

# Fórum aprova sugestões para Código Florestal

Mais de 600 produtores rurais que participaram, no dia 6 de fevereiro, da 18ª Etapa do Fórum Permanente do Agronegócio, em Tupanciretã, decidiram encaminhar às autoridades federais, entre outros pleitos, o pedido de revogação dos decretos 6.686, de 10 de dezembro de 2008, e 6.514, de 22 de julho de 2008, que regulamentam a Lei de Crimes Ambientais. As sugestões chanceladas pelo fórum foram apresentadas pela Farsul. O documento final do encontro ainda prevê o pedido de adequação do Código Florestal (lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à realidade do setor produtivo.

Foram propostas várias alterações no código, como a permissão da continuidade das atividades agropecuárias em áreas já consolidadas, como áreas inclinadas, topos de morros e várzeas. O grupo também chancelou que seja pleiteado o cômputo das áreas de preservação permanente (APPs) na área de reserva legal; recomposição da APP e da reserva legal com espécies exóticas consorciadas com nativas; inclusão de paga-

mento em dinheiro como alternativa à regularização do passivo ambiental da reserva legal; procedimentos para identificação e regularização das ocupações ocorridas na vigência de legislação anterior, no que se refere à exigibilidade e aos índices de reserva legal das propriedades rurais; e ampliação das possibilidades de constituição de servidão florestal em áreas preservadas, entre outros. A assembleia pretende ainda reivindicar a regionalização da legislação ambiental.

O presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, destacou que as sugestões da Farsul foram aprovadas por unanimidade dos participantes do fórum, que contou com a representação de mais de 50 sindicatos rurais. “Iniciamos agora um grande movimento para garantir as alterações”, destacou o dirigente.

O impacto econômico no Rio Grande do Sul seria de R\$ 9,8 bilhões, o que representa 7,6% do PIB gaúcho. O assessor econômico da Farsul, Antônio da Luz, comentou que os efeitos da legislação representam mais do que o dobro das



Mais de 600 pessoas acompanharam os debates em Tupanciretã

perdas registradas na estiagem de 2005, de R\$ 4,8 bilhões. Em todo o Brasil, a área de reserva legal sem o Bioma Amazônia deveria ser de 101 milhões de hectares, duas vezes a área plantada com grãos, cereais e oleaginosas, de 43 milhões de hectares. “Não foi analisado o custo para a sociedade da legislação ambiental, pois vai faltar dinheiro para áreas como educação e saúde.”

O técnico do Departamento Sindical da Farsul, Derly Girardi, explicou o que deve ser feito na propriedade para adequá-la ao Código Florestal atu-

al. No entanto, a mudança da norma está entre os objetivos da federação.

Segundo o consultor de recursos hídricos da Farsul, Ivo Lessa Silveira Filho, o ano começa com grande preocupação com relação aos conflitos entre a produção de alimentos e a preservação do meio ambiente. Para modificar as normas que prejudicam a atividade agrícola, destacou, será necessária a mobilização dos produtores rurais, a fim de que, juntos, pressionem o governo federal e o Congresso.

Em julho de 2008, foi publi-

cado o decreto 6.514, que sofreu alterações e foi convertido no 6.686 em dezembro. Como a legislação, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, prevê multas e autuações que podem chegar a R\$ 10 milhões, o agricultor poderá ter novos custos com isso. Alguns prazos foram prorrogados até dezembro de 2009, período que será usado pelo setor para alterar a norma. “Mesmo com a prorrogação, é um prazo extremamente exíguo, que não tem como ser atendido”, afirmou.

Para o Rio Grande do Sul, será pleiteada legislação que preveja usos das reservas legais. “Não pode ser apenas uma área de preservação, tem de haver o uso sustentável.” Outro ponto é a regionalização das regras pois, segundo o consultor, não adianta estipular regras nacionais que não se aplicam, por exemplo, aos dois biomas do Estado, Pampa e Mata Atlântica. As ações da Farsul propostas para 2009 sobre meio ambiente foram apresentadas, no início de fevereiro, aos instrutores do Senar e aos agentes da Casa Rural – Centro do Agronegócio.

[www.casaruralrs.com.br](http://www.casaruralrs.com.br)

A Casa Rural atua como facilitadora do agronegócio, disponibilizando ótimas ofertas de insumos para o produtor rural.

Procure o agente de agronegócio da sua região ou ligue (51) 3221 6460

Aproveite para aumentar o lucro da sua atividade!



**CASA RURAL**  
CENTRO DO AGRONEGÓCIO

